

NOTICIÁRIO

Recebemos as seguintes circulares:

I

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA.

*Núcleo Regional do Estado de São Paulo.
Caixa Postal 8105 — São Paulo — SP.*

São Paulo, 27 de dezembro de 1972.

Prezado Colega.

Vimos pelo presente comunicar-lhe que em reunião de 20 de novembro próximo passado, foi eleita para dirigir o Núcleo Regional do Estado de São Paulo da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, a seguinte Diretoria:

Presidente: Prof. José Sebastião Witter — USP.

Secretário: Prof. Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa — USP.

Tesoureiro: Prof. Carlos Guilherme Mota — USP.

Comissão Consultiva: Profa. Maria Regina Cunha Rodrigues (USP), Prof. Odilon N. Matos (Pontifícia Universidade Católica de Campinas) e Profa. Sonia Aparecida Siqueira (USP).

Em face do que estabelece o artigo 10 do Regulamento do NRSP, a Diretoria eleita considerou-se empossada.

Outrossim, levamos ao conhecimento do colega que este Núcleo, juntamente com a Prefeitura Municipal de Itú, associando-se às comemorações do primeiro centenário da Convenção Republicana de 1873, deliberou:

a). — realizar na referida cidade de Itú um encontro regional dos Professores Universitários de História, nos dias 26, 27 e 28 de julho de 1973, tendo como tema “O Ideal Republicano”;

b). — estabelecer o dia 20 de abril de 1973 como o prazo máximo para a entrega das comunicações;

c). — recomendar o limite não superior a 30 páginas para as comunicações que venham a ser apresentadas.

Sendo o que se apresenta no momento, firmamo-nos atenciosamente,

Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa — Secretário.

*

*

*

II

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE
HISTÓRIA (ANPUH).

Secretaria Geral: C. P. 8030 — São Paulo.

São Paulo, março de 1973.

Prezado Colega.

Temos o prazer de levar ao conhecimento de V. S. que o Núcleo Regional do Estado da Guanabara (ANPUH), promoverá no mes de julho próximo, nos dias 8 a 14, o seu 1º Encontro, como parte da 25a. reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A sede do certame será na Cidade Universitária, Ilha do Fundão, no mesmo Estado.

O programa das comunicações e debates obedecerá aos seguintes itens:

1. — Produção e Mão-de-Obra: tema fundamental.
2. — O ensino da História em face da reforma universitária: mesa redonda sob a presidência do Prof. Sgarbi Lima.
3. — A metodologia do ensino da História em nível superior: mesa redonda sob a presidência da Profa. Dra. Célia Freire d'Aquino Fonseca.
4. — Conferência do Prof. Eremildo Viana.

Os trabalhos deverão ser remetidos à Profa. Dra. Célia Freire d'Aquino Fonseca, Secretária do Núcleo Regional do Estado da Guanabara (Rua Barão da Torre, 404 — apto 301 — Rio de Janeiro — GB.), que responderá também a quaisquer outras informações.

Cumprimentos cordiais,

A. P. Canabrava
Secretária Geral da ANPUH.

*

III

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE
HISTÓRIA (ANPUH).

Secretaria Geral: C. P. 8030 — São Paulo.

1a. circular do VII Simpósio Nacional da ANPUH.

São Paulo, março de 1973.

Prezado Colega.

Temos o prazer de comunicar a V. S. a realização do VII Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), na cidade de Belo Horizonte (MG), de 2 a 9 de setembro próximo, promovido pelo Núcleo Regional do Estado de Minas Gerais.

O programa das comunicações e debates obedecerá aos seguintes itens:

1. — As cidades e a História (Urbanização): tema fundamental.
2. — Problemas metodológicos do ensino da História em nível superior.
3. — Levantamento das fontes primárias.

Os trabalhos a serem apresentados e discutidos no certame, deverão ser encaminhados a esta Secretaria até 1º de agosto, datilografados em espaço duplo, 30 págs. no máximo, papel tamanho ofício, duas vias. Lembramos a V. S. que a entrega das comunicações no tempo estabelecido, permitirá a programação antecipada dos debates e a multiplicação do original, com melhor rendimento dos nossos trabalhos durante o certame.

Cumprimentos cordiais,

A. P. Canabrava
Secretária Geral da ANPUH.

*
* * *

IV

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE
HISTÓRIA (ANPUH).

Programação do Encontro de História (8-14 julho 1973 — Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro — Estado da Guanabara) na XXVa. Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Rio de Janeiro, abril, 1973.

Prezados Colegas:

O Núcleo da Guanabara tem o prazer de enviar o Convite e o Programa do próximo encontro de História, na Guanabara.

2a. Feira — Manhã: 9-12 horas. Dia 9 de julho de 1973.

Na Mesa Redonda programada pelo Instituto de Biometria de São Paulo, e que apresenta o tema “Os Métodos Quantitativos na Pesquisa Científica”, representará a História o Prof. Dr. Gadiel Perruci, que apresentará uma Comunicação (o tempo concedido é de 12 a 15 minutos).

2a. Feira — Tarde: 14-19 horas.

Comunicações Livres — Tema: *Produção e Mão-de-Obra* (os trabalhos serão recebidos até 20 de junho e receberão apreciação de uma Comissão de Relatores) — Remeter trabalhos para:

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais — Departamento de História, Largo de São Francisco, nº 1 (antiga Escola de Engenharia), 3º andar — Rio de Janeiro (GB).

Presidente da Mesa: Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula.

Vice-Presidente: Prof. Dr. Eremildo Luiz Vianna.

3a. Feira — Manhã: 9-12 horas. Dia 10 de julho de 1973.

Mesa Redonda. — Tema: “Questões de Metodologia da História”.

Coordenador: Profa. Dra. Célia Freire d’Aquino Fonseca (UFRJ).

Participantes:

Profa. Dra. Cecília Maria Westphalen (UF Paraná).

Prof. Dr. Carlos Guilherme Mota (USP).

Prof. Dr. Gadiel Perruci (UFPe).

Profa. Maria Clara Constantino (PUC de São Paulo).

Profa. Maria Stela Faria de Amorim (UFRJ).

Prof. Dr. Earle Macarthy Moreira (UFRGS).

Profa. Amélia Maria de Sousa (UFRJ).

4a. Feira — Manhã: 9-12 horas. Dia 11 de julho de 1973.

Conferência do Prof. Dr. Gadiel Perruci — Tema: “Os Métodos Quantitativos em História”.

Sessão presidida pelo Prof. Dr. Eremildo Luiz Vianna — (UFRJ).

Debatedores:

Profa. Dra. Altiva Pilatti Balhana (UF Paraná).

Profa. Dra. Cecília Maria Westphalen (UF Paraná).

Profa. Dra. Maria Luisa Marcílio (FFCL Assis-S. P.).

Profa. Kátia Queirós Mattoso (UC Bahia).

Profa. Dra. Fernanda Wright (USP).

5a. Feira — Livre — Dia 12 de julho de 1973.

6a. Feira — Manhã: 9-12 horas. Dia 13 de julho de 1973.

Mesa Redonda — Tema: “A História e a Reforma Geral do Ensino”.

Coordenador: Prof. Dr. Fernando Sgarbi de Lima (UFRJ e UEG).

Participantes:

Profa. Dra. Olga Pantaleão (FFCL Marília — S. P.).

Profa. Dra. Irene Estevão de Oliveira (UFRJ).

Profa. Dra. Adalgisa Maria V. Rosário (UF Brasília).

Profa. Dra. Amélia Americano Domingues de Castro (FEUSP).

Profa. Dra. Maria de Lourdes Janotti (USP).

Profa. Elsa Regis de Oliveira (UF Paraíba).

Sem mais, contando com a presença do colega, enviamos os nossos agradecimentos e saudações atenciosas.

Célia Freire A. Fonseca

Secretária Geral do Núcleo Regional da Guanabara (ANPUH).

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1973.

*

* * *

V

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE
HISTÓRIA (ANPUH).

Secretaria Geral: C. P. 8030 — São Paulo.

2a. Circular do VII Simpósio Nacional da ANPUH.

Maio, 1973.

Prezado (a) Colega.

Temos o prazer de transmitir a V. S. a ficha de inscrição do VII Simpósio Nacional da ANPUH, a se realizar em Belo Horizonte, de 2 a 9 de setembro do corrente ano, sob os auspícios do Núcleo Regional da ANPUH de Minas Gerais.

De acordo com as normas estabelecidas nos Simpósios anteriores poderão participar do certame:

- I. — os professores universitários de História;
- II. — os professores universitários de matérias afins;
- III. — os estudantes universitários de História;
- IV. — os professores de História dos estabelecimentos de ensino do segundo grau.

No sentido de obter maior rendimento dos nossos trabalhos, solicitamos muito especialmente o envio, sem demora, das fichas de inscrição à Secretaria Geral. As inscrições podem ser feitas também por meio de carta. A reserva das pastas com o material de trabalho será garantida apenas àqueles que fizerem sua inscrição prévia, até 1º de agosto próximo.

Lembramos ao colega que, os trabalhos a serem apresentados e discutidos no certame, deverão ser encaminhados a esta Secretaria até 1º de agosto próximo, datilografados em espaço duplo, 30 páginas no máximo, papel tamanho ofício, em duas vias. A entrega das comunicações até a data estabelecida, permitirá multiplicar os originais e programar a apresentação das comunicações e debates. No sentido deste objetivo nenhum trabalho será recebido depois do limite de tempo estabelecido: 1º de agosto. A apresentação de comunicações e participação nos debates é reservada aos professores universitários de História.

O programa das comunicações e debates obedecerá aos seguintes itens:

1. — As cidades e a História (Urbanização): tema fundamental).
2. — Problemas metodológicos do ensino da História em nível superior.
3. — Levantamento das fontes primárias.

No próximo mês de julho será distribuída a 3a. e última circular, com o regulamento e programa suscinto do VII Simpósio.

Cordiais cumprimentos.

A. P. Canabrava
Secretária Geral da ANPUH.

*

* * *

VI

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE
HISTÓRIA (ANPUH).
NÚCLEO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Caixa Postal 8105 — São Paulo — SP.

2a. Circular.

São Paulo, 21 de maio de 1973.

Prezado Colega.

Temos o prazer de comunicar-lhe que devido o retardamento sofrido na remessa da primeira circular, ficou estabelecido que a data para a entrega das comunicações passaria a se estender até o dia 15 de junho próximo.

Na oportunidade informamos que será cobrada a taxa de trinta cruzeiros (Cr\$ 30,00) na inscrição do II Encontro Regional deste Núcleo para os gastos oriundos com as despesas do material de Secretaria. A referida inscrição sendo feita previamente, pela Secretaria, até o dia marcado como prazo final para a entrega das comunicações, garante a reserva da pasta com o material de trabalho.

Sem outro assunto para o momento, firmamo-nos atentiosamente,

Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa — Secretário.

*

* *

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

Atividades em 1972.

1. — *Desenvolvimento geral*: a preocupação que norteou as atividades do MAE, em 1972, foi desenvolver-se segundo sua tríplice missão — especialmente como Museu universitário que é — de pesquisa, formação de pessoal e prestação de serviços à comunidade. Assim, empenhou-se não somente em ampliar seu acervo, hoje beirando 10.000 peças, como também em realizar extenso programa de pesquisa de campo e laboratório, e, ao mesmo tempo, formar quadros para garantir o prosseguimento e alargamento de sua área de trabalho. Além disso, principalmente através de exposições, palestras, cursos e outras atividades culturais e educacionais, procurou comunicar à comunidade o patrimônio físico e espiritual de que é detentor.

2. — *Pesquisa de campo*: especial ênfase foi dada à pesquisa de campo, que teve duas áreas principais de atuação: Amazônia e Síria. Continuando projeto iniciado em 1971, uma equipe de 4 especialistas, durante junho e agosto, levantou e prospectou dezenas de sítios arqueológicos na área de Santarém (Pará), com o objetivo de coletar elementos para o estudo da cultura tapajônica, representada, no MAE, por excelente coleção. Durante os meses de setembro e outubro, e a convite do Comitê Belga de Pesquisas Históricas, Epigráficas e Arqueológicas na Mesopotâmia, participou da 7a. Campanha de escavação de Tell Kannás, nas imediações do Médio-Eufrates (República Árabe Síria) e cujo interesse maior está em apresentar, no nível mais antigo de ocupação, os restos da parte administrativa de um grande burgo do período de Uruk (VI milênio a. C.), com seu templo respectivo. Também a convite, no presente mês de dezembro e em janeiro e fevereiro do ano vindouro, o MAE, como em 1971,

colaborará com o Departamento de Pré-História do Instituto Nacional de Antropologia e História, do México, nas escavações de salvamento, em curso no vale do Grijalbo (Chiapas), que será inundado a partir de 1973 pela construção de uma represa.

3. — *Acervo*: tiveram crescimento digno de menção o setor mesopotâmico e o núcleo afro-brasileiro, com um acréscimo de mais de uma centena de peças. Entre elas contam-se terracotas, tabletes, cilindros e selos mesopotâmicos, objetos rituais da Nigéria, Congo, Alto Volta, Gana e Bahia. Também o setor amazônico foi enriquecido com novas peças (além do produto das escavações), como também o setor pré-colombiano (área andina). Tal ampliação foi possível graças ao auxílio de particulares e à subvenção da Sociedade dos Amigos do Museu.

4. — *Exposições*: a exposição permanente foi aumentada com a apresentação ao público, desde 18 de dezembro, de 264 peças selecionadas como as mais significativas dentre as 6.000 que compõem o acervo amazônico do MAE e relativas à cultura dos Tapajó e seus vizinhos. Estão incluídos os principais tipos de cerâmica, estatuetas, utensílios de pedra, cachimbos, adornos, apitos, etc. Na mesma oportunidade foram também apresentadas as novas peças do núcleo afro-brasileiro. Está em curso a remodelação do setor mesopotâmico.

5. — *Cursos e atividades de formação*: além do curso de Arqueologia em nível de graduação no Departamento de História, o MAE colaborou com o Departamento de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, na instalação de uma área nuclear de Arqueologia no curso de pós-graduação em Antropologia. Estagiaram no Museu três alunos de pós-graduação, além de três bolsistas-monitores. Por outro lado, outro bolsista foi aceito para o doutoramento no Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres. Foram organizados quatro cursos de extensão universitária: “Problemas elementares de conservação museológica”, “A civilização maia”, “Ecologia e civilização no México pré-colombiano” e “Aspectos do pensamento antigo do Médio Oriente” (com a Dra. Elena Cassin-Vernant, do CNRS, Paris). Inscreveram-se, no total, 799 alunos.

6. — *Mesa redonda*: por ocasião da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em São Paulo (julho), o MAE, em colaboração com o Instituto de Pré-História, organizou uma mesa-redonda sobre a situação da pesquisa arqueológica no Brasil, com a apresentação de relatórios referentes a 7 grandes áreas e o cadastramento das pesquisas em curso (a publicação está prevista para meados do próximo ano).

7. — *Publicações*: tendo resolvido alguns dos problemas orçamentários que vinham travando seu desenvolvimento, pode o MAE dar continuidade ao seu periódico DÉDALO — Revista de Arqueologia e Etnologia, publicando vários números atrasados (VII-XII), num total de mais de 800 páginas, e enca-

minhando outros três à impressão. Esta publicação é distribuída a especialistas e instituições do Brasil e outros 80 países. Também foi publicado o catálogo “Arqueologia amazônica-Santarém”.

8. — *Biblioteca*: em apenas seis anos, e apesar da penúria de verbas, a biblioteca especializada do Museu já atingiu 3.600 volumes. 369 títulos de revistas são periodicamente recebidos (312 por intercâmbio), perfazendo um total de quase 2.000 fascículos. Vários periódicos de interesses particular para a Antropologia tiveram suas séries completadas. Registraram-se mais de 1.200 consultas de estudantes e público em geral.

9. — *Visitantes*: o número de visitantes é ainda bastante restrito, pois não ultrapassou a casa dos 10.000. Entretanto, a maior parte — inclusive os estrangeiros — vem ao Museu deliberadamente, com objetivos definidos, conforme indica pesquisa de público sumária, que será ampliada em 1973. É natural, por isso, que cerca de 80% do total seja constituído por estudantes. Entre os 20% restantes, porém, estão representadas as mais variadas ocupações: lavradores, mecânicos, lixeiros, funcionários públicos, donas de casa, profissionais liberais, militares, diplomatas, etc., etc. O Museu foi procurado por 37 grupos (totalizando 1.682 visitantes), recebidos por monitores que, além disso, tiveram a responsabilidade da organização de várias experiências educacionais, principalmente de integração com o ensino médio. Os visitantes procederam do Distrito Federal e de 124 municípios, dos quais 78 no Estado de São Paulo e os demais em outros 19 estados da União. Procederam, ainda, de 43 países estrangeiros.

ULPIANO BEZERRA DE MENEZES

*

* * *

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA MEDITERRÂNEA.

Sob o patrocínio do *Istituto Storico per il Medioevo*, da Itália, e com o concurso do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas*, da Espanha, e de algumas Universidades da Espanha, França, Portugal e Itália, acaba de ser organizado o I Congresso Internacional de História editerrânea, que se realizará de 15 a 28 de junho de 1973.

O tema do Congresso será: *A Península Ibérica e o Mediterrâneo Centro-Occidental do XII ao XV século*.

Esse Congresso será realizado de maneira original, pois se desenvolverá a bordo do navio *Ausônia* (12.000 t.) da *Società Adriatica*.

Os congressistas deverão reunir-se em Veneza no dia 15 de junho, sendo que a reunião de instalação será na *Fondazione Cini* às 16 horas. Às 18, começaram as operações de embarque no *Ausônia*, que seguirá o seguinte itinerário:

<i>data</i>	<i>porto</i>	<i>chegada</i>	<i>partida</i>
15 de junho — 6ª feira	Veneza	embarque 18 horas	19,00
16 de junho — sábado	no mar	—	—
17 de junho — domingo	no mar	—	—
18 de junho — 2ª feira	Nice	9,00	16,00
19 de junho — 3ª feira	Barcelona	7,00	14,00
20 de junho — 4ª feira	no mar	—	—
21 de junho — 5ª feira	Lisboa	8,00	24,00
22 de junho — 6ª feira	no mar	—	—
23 de junho — sábado	no mar	—	—
24 de junho — domingo	Cagliari	7,00	20,00
25 de junho — 2ª feira	Palermo	7,00	12,00
26 de junho — 3ª feira	Katakolon	9,00	19,00
27 de junho — 4ª feira	no mar	—	—
28 de junho — 5ª feira	Veneza	7,00	—

O comitê organizador é presidido pelos Profs. Federigo Melis e Emilio Sáez.

Para qualquer esclarecimento dirigir-se à Secretaria:

Consejo Superior de Investigaciones Cientificas Departamento de Estudios Medievales. Egipcíacas, 15 Barcelona, (Espanha).

Prof. Federigo Melis — Via San Gallo 123 — 50129 — Firenze, (Itália).

E. S. P.

*

* *

CONCURSO DE MONOGRAFIAS SOBRE A ADESÃO DO PARÁ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.

Governo do Estado do Pará. Conselho Estadual de Cultura.

Resolução Nº 03/72 de 17 de novembro de 1972.

Ementa: Institui concurso de monografias sobre a Adesão do Pará à Independência do Brasil.

O Presidente do Conselho Estadual de Cultura, usando de suas atribuições e

Considerando que no próximo ano de 1973 decorrerá o 150º aniversário da Adesão do Pará à Independência do Brasil;

— Considerando ser hoje pacífico o entendimento de que o processo de Independência, embora simbolizado no 7 de setembro, não se esgotou naquela data, prosseguindo até 1823, somente quando se concluiu, pela unificação nacional sob o Governo de Pedro I;

— Considerando que a inclusão do Pará no Império foi episódio decisivo, antes do qual perdurava a ameaça de desmembramento de todo o extremo norte brasileiro;

— Considerando, assim, que o relevo desse fato transcende ao âmbito regional para adquirir o mais nítido significado nacional;

— Considerando que ao Governo Paraense, através do Conselho de Cultura, incumbe promover o destaque daquele acontecimento, assegurando-lhe o lugar merecido como fecho das comemorações do Sesquicentenário;

— Considerando que a forma mais duradoura de marcar o episódio histórico é incentivar a pesquisa e interpretação de suas causas, circunstâncias, participantes e consequências;

— Considerando a riqueza de fatos e personalidades do período em que ocorreu a integração da Amazônia ao Brasil Independente;

— Considerando que vários aspectos desse período permanecem mal conhecidos, enquanto um impressionante acervo documental continua inédito nos arquivos públicos;

— Considerando o que consta do Processo nº 030/72 — CEC e o Anteprojeto cuja redação final foi aprovada em sessão ordinária de 14-11-72:

Resolve Promulgar a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica instituído um concurso de monografias comemorativo do Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil.

Art. 2º — Os trabalhos deverão ser de nível superior com o caráter preponderante de pesquisa, interpretação, ou ambos, tendo por objeto fatos ou personalidades que mereçam destaque na História do Pará dentro do período compreendido entre 1820 e 1823.

Art. 3º — O texto mínimo será de duzentas e cinquenta (250) páginas datilografadas em espaço dois (2), papel tamanho ofício, não computados fotografias, fotocópias, introduções, índices ou quaisquer outros acréscimos.

Art. 4º — Os trabalhos deverão ser apresentados em cinco (5) vias completas e iguais, sob a forma de brochuras, com folhas grampeadas ou coladas para facilidade do manuseio.

Art. 5º — As monografias serão recebidas até às 18,00 horas do dia 30 de março de 1974 na Secretaria do Conselho de Cultura do Estado do Pará.

Art. 6º — Os concorrentes apresentarão seus trabalhos sob pseudônimo, colocando a identificação em envelope fechado e sobrescrito com o mesmo pseudônimo, que somente será aberto após o julgamento.

Art. 7º — A Comissão Julgadora será constituída de cinco (5) membros, designados pelo Conselho entre notórios especialistas de História da Amazônia, podendo dois deles residir fora do Pará.

Art. 8º — Os julgadores terão direito a uma remuneração, a ser fixada conforme os recursos disponíveis, independentem das despesas de transporte e hospedagem para os não domiciliados em Belém.

Art. 9º — Não poderão concorrer os membros do Conselho Federal de Cultura e do Conselho Estadual de Cultura do Pará.

Art. 10º — O julgamento deverá ser concluído de forma que o resultado possa ser conhecido antes de 15 de agosto de 1974 fazendo-se a entrega dos prêmios na oportunidade que o Conselho determinar.

Art. 11º — A Comissão Julgadora elegerá seu Presidente e Vice-Presidente, estabelecendo normas de funcionamento e sendo secretariada pelo Secretário do Conselho Estadual de Cultura.

Art. 12º — Somente serão classificáveis os trabalhos que:

- a). — forem apresentados nas condições formais e materiais aqui estabelecidas;
- b). — representarem contribuição pessoal compatível com o caráter superior do concurso;
- c). — forem inéditos.

§ Único — As monografias não classificadas ficarão aos dispor de seus autores logo após a divulgação do julgamento.

Art. 13º — Dentre os trabalhos classificados a Comissão Julgadora conferirá, pelo menos, dois prêmios, o primeiro no valor mínimo de Cr\$ — 20.000,00 (VINTE MIL CRUZEIROS) e o segundo no valor mínimo de Cr\$ — 10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS).

§ Único — Havendo recursos disponíveis, o Conselho poderá atribuir outros prêmios ou aumentar o valor dos dois já instituídos.

Art. 14º — Além dos trabalhos premiados, a Comissão concederá menção honrosa a todos os que julgar merecedores desse destaque.

Art. 15º — As monografias premiadas serão publicadas pelo Conselho, em edição conjunta ou em edições separadas, garantida a entrega, no mínimo, de cinquenta (50) exemplares a cada autor.

§ Único — A juízo do Conselho, também poderão ser divulgados alguns ou todos os trabalhos que obtiverem menção honrosa.

Art. 16º — Os originais premiados (Art. 13º) não serão devolvidos, ficando automaticamente transferidos para o Conselho, os direitos autorais da primeira edição.

§ 1º — Mediante pagamento de vinte e cinco por cento (25%) sobre o valor do primeiro prêmio, o Conselho poderá adquirir os direitos autorais de quaisquer trabalhos classificados porém não premiados, desde que o faça até 31 de dezembro de 1975, após que essas monografias serão restituídas aos autores que as solicitarem.

§ 2º — Até 31 de dezembro de 1979 será indispensável o consentimento do Conselho para a reedição dos trabalhos por ele publicados.

Art. 17º — Os julgamentos da Comissão serão irrecorríveis, devendo todas as decisões serem tomadas pela maioria absoluta de seus componentes.

Art. 18º — A divulgação deste concurso será feita no país inteiro, solicitando o Conselho de Cultura do Pará o patrocínio do Conselho Federal e a colaboração dos demais Conselhos Estaduais.

Art. 19º — O Governo Paraense facilitará o acesso de quaisquer pesquisadores às bibliotecas e arquivos do Estado.

Art. 20º — Se algum ou ambos os prêmios não forem atribuídos, a respectiva verba poderá reverter em benefício de outras promoções culturais, a critério do Conselho Estadual de Cultura do Pará.

Conselho Estadual de Cultura do Pará, em 17 de novembro de 1972.

Clóvis Silva de Moraes Rêgo
Presidente.

/im.

(Homologado por Decreto Governamental nº 8.184, de 27-11-72, publicado no Diário Oficial de 28-11-72).

*

*

*

V SEMANA DE ESTUDOS DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA “FRANCESCO DATINI” (Prato).

Realiza-se de 4 a 10 de maio de 1973 a V Semana de Estudos do Instituto Internacional de História Econômica “Francesco Datini” (Prato-Itália) dedicado ao tema: *Transporte e Desenvolvimento Econômico, Séculos XIII-XVIII*, com o seguinte programa:

Sexta-feira, 4 de maio. Sala Maggiore del Palazzo Comunale.

10,00 horas. — *Sessão de abertura.*

10,30 horas. — *Relatório Inaugural:*

Prof. Federigo Melis, da Universidade de Florença: *A “revolução” nos transportes e desenvolvimento econômico nos séculos XIV-XV.*

17,00 horas. — *Comunicações:*

Prof. R. Davis, da Universidade de Oxford: título a comunicar.

Prof. L. de Rosa, da Universidade de Nápoles. *Comunicações terrestres e marítimas e depressão econômica; o caso do Reino de Nápoles, séculos XIV-XVIII.*

Prof. T. Dunin Wasowicz, da Universidade de Varsóvia: *Evolução da tecnologia dos transportes na Europa central do século XIII.*

Prof. J. Heers, da Universidade de Paris: *Transporte dos homens na economia mediterrânea no fim da Idade Média; peregrinos, guerreiros, escravos, mercadores.*

Prof. P. Jeannin, da Universidade de Paris: *Empresa de transporte e empresa comercial na Europa nórdica dos séculos XVI-XVIII.*

Discussão.

Sábado, 5 de maio. Ridotto del Teatro Comunale “Metastasio”.

09,00 horas. — *Relatório:*

Prof. J. A. van Houtte, da Universidade de Lovaina: *Os grandes itinerários do comércio, séculos XIII-XVIII.*

Comunicações:

Prof. R. H. Bautier, da Universidade de Paris: título a comunicar.

Prof. P. Chaunu, da Universidade de Caen: *Rotas atlânticas do século XVIII (título provisório).*

Prof. H. Kellenbenz, da Universidade de Nuremberg: *Estrutura e mudanças de trânsito da Europa central: 1500-1650.*

Prof. Eddy Stols, da Universidade de Bruxelas: *As rotas e as vias de navegação para o comércio dos Países-Baixos com a Península Ibérica, do XIII ao XVIII século.*

Discussão.

Domingo, 6 de maio:

09,00 horas. — *Relatório:*

Prof. M. Malowist, da Universidade de Varsóvia: *Os transportes e a regiões econômicas.*

Comunicações:

- Prof. E. Ciéłask, da Universidade de Gdąnsk: *Transportes no Vistula* (título provisório).
Prof. M. Devèze, da Universidade de Reims, *A flutuação de madeira nos grandes rios europeus, séculos XV-XVI*.
Prof. R. Gascon, da Universidade de Lyon: *Ligação entre transportes fluviais e transportes por terra na França do XVI e do XVII século*.
Prof. L. Makkai, da Universidade de Budapest: (título a comunicar).
Prof. P. Ponsot, da Universidade de Lyon: *Na Andaluzia Ocidental: as vias de comércio intra e interregionais e o desenvolvimento econômico (XVI-início do século XIX)*.

Discussão.

Segunda-feira, 7 de maio:

09,00 horas. — *Relatório:*

- Prof. F. C. Lane, da Universidade de Baltimore: *Técnicas e eficiência em transportes marítimos*.

Comunicações:

- Profs. V. Borghesi e G. Calcagno, da Universidade de Gênova: *Rotas e tempo de percurso no Mediterrâneo ocidental, séculos XVI-XVII*.
Prof. W. Brulez, da Universidade de Gand: *Os transportes rodoviários entre os Países-Baixos e a Itália nos séculos XVI e XVII*.
Prof. J. Dotson, da Universidade de Carbondale: *O fator estiva nos navios medievais*.
Prof. H. Dubois, da Universidade de Ruão: *Técnicas e custos de transportes terrestres em França nos séculos XIV e XV*.
Prof. U. Tucci, da Universidade de Veneza: *Despesas e lucros de viagem de uma galera veneziana no início dos Quinhentos*.

Discussão.

Terça-feira, 8 de maio: Excursão a Bolonha.

Quarta-feira, 9 de maio: Ridotto del Teatro Comunale "Metastasio".

09,00 horas. — *Relatório:*

- Prof. G. Cassandro, da Universidade de Roma: *Instrumentos jurídicos dos transportes mercantis*.

Comunicações:

- Prof. C. M. Cipolla, da Universidade de Pavia: *Transportes, quarentena, lazareto, 1450-1650*.
Prof. R. Doehaerd, da Universidade de Bruxelas: (título a comunicar).
Prof. J. Martínez Gijón, da Universidade de Sevilha: *Instrumentos jurídicos dos transportes mercantis e o direito histórico espanhol*.

Prof. C. Traselli, da Universidade de Messina: *Rodovias medievais na Sicília no fim do século XIX.*

Discussão.

Quinta-feira, 10 de maio:
09,00 horas. — *Relatório:*

Prof. Ch. Wilson, da Universidade de Cambridge: *Transporte como fator na história do desenvolvimento econômico.*

Comunicações:

Prof. G. Barbieri, da Universidade de Verona: (título a comunicar).

Prof. R. W. Ferrier, da Universidade de Londres: *A importância do mar e a rotas terrestres para a Companhia de Comércio da Índia de Leste com a Pérsia nos séculos XVII e XVIII.*

Prof. F. Glauser, da Universidade de Lucerna: *O trânsito internacional do Gotardo em Lucerna no século XVI.*

*

* . . *

CONCURSO EM HOMENAGEM AO GENERAL JOSÉ DE SAN MARTÍN.

De acordo com o disposto na Resolução 88, aprovada em sua Segunda Reunião Ordinária da OEA (Organização dos Estados Americanos) em Lima (Perú, 8-12 de fevereiro de 1971), o Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e Cultura (CIECC), convoca os historiadores e escritores da América e de outros países do mundo para participarem de um Concurso em homenagem ao General José de San Martín, em comemoração ao Sesquicentenário da Independência da República do Perú, por ele libertada em 1821. O objetivo do certame é de render-se homenagem ao grande general argentino e honrar ao mesmo tempo a uma nação que ele, mais do que ninguém, contribuiu para libertar. O General San Martín partilha com Simón Bolívar a glória da emancipação das nações hispanoamericanas da América do Sul.

Depois das vitórias obtidas na Argentina, concebeu ele o vasto plano da Independência do Chile e do Perú, realizando a façanha de atravessar a Cordilheira com o seu célebre Exército dos Andes em 1817. Colaborou com Bernardo O'Higgins na libertação do Chile e, com o apóio deste, organizou a expedição do Perú. Em 9 de julho de 1821 entrou em Lima e a 28 proclamou a Independência ao Perú, assumindo aí o poder com o título de Protetor. Sua administração, que durou um ano, foi muito benéfica para o país. Em consequência da sua histórica entrevista com Bolívar em Guaiaquil em 1822, deixou o comando militar em mãos do procer venezuelano e apresentou sua renúncia do cargo de Protetor. A vida honrada do General San Martín, exemplo de inflexível

dedicação aos ideais da liberdade e da democracia, e as geniais campanhas militares que realizou para lográ-las, bem merecem ser estudadas por ocasião deste Sesquicentenário. Convém, igualmente, animar, por meio do presente concurso, as jovens gerações a conhecer e investigar o processo da solidariedade histórica dos povos da América em sua luta comum pela Independência.

O Concurso obedecerá aos seguintes requisitos:

Primeiro. — O objetivo do certame é de honrar a memória do General José de San Martín, em função do Sesquicentenário da Independência do Perú, premiando o estudo histórico que melhor desenvolva o tema: “A obra e a personalidade do General José de San Martín e seu papel na gesta emancipadora da América”.

Segundo. — O prêmio, que será outorgado com um diploma, será indivisível e consistirá na soma de US\$ 5.000,00, soma doada pela República Argentina, e na publicação da obra pela Secretaria Geral. Serão ofertados 100 exemplares da edição ao autor, a quem corresponderá a propriedade intelectual da obra. A Comissão Julgadora poderá conceder as menções honrosas que julgar convenientes.

Terceiro. — Os trabalhos apresentados deverão ser inéditos e preparados especialmente para o Concurso.

Quarto. — Os estudos poderão ser redigidos em espanhol, inglês, português ou francês e deverão ser apresentados em seis exemplares cada um, tendo no mínimo 250 e no máximo 300 páginas de extensão, datilografados de um lado só, em duplo espaço e em papel tamanho carta.

Quinto. — Poderão participar do Concurso cidadãos dos países da América e de outras partes do mundo.

Sexto. — Cada concorrente utilizará um pseudônimo e indicará seu verdadeiro nome, nacionalidade e endereço em envelope fechado e em separado, em cujo exterior deverão figurar o título da obra e o pseudônimo correspondente.

Sétimo. — O concurso estará aberto de 15 de fevereiro de 1973 a 14 de fevereiro de 1974.

Oitavo. — Integrarão a Comissão Julgadora cinco historiadores da América especializados na obra de San Martín e no período da Independência do Perú, os quais serão escolhidos pela Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e Cultura (CEPCIECC). Um dos membros da Comissão Julgadora deverá ser cidadão da Argentina e outro do Perú. Os membros da Comissão Julgadora não poderão participar do certame.

Nono. — A Academia Nacional da História da Argentina atuará como Secretaria do Concurso e o Secretário dessa instituição como Secretário da Comissão Julgadora, com direito de voz, porém sem voto.

Décimo. — A entrega do prêmio se realizará em abril de 1974 numa das sessões plenárias da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos.

Undécimo. — Os originais das obras, que não serão devolvidos, deverão ser enviados ao seguinte endereço: Concurso en Homenaje al General José San Martín, Academia Nacional de la Historia de Argentina, Balcarce, 139, Buenos Aires, Argentina.

Duodécimo. — A Comissão Julgadora se reserva o direito de declarar *não concedido* o prêmio estabelecido na *Primeira Cláusula*, si as obras submetidas ao seu julgamento não reunirem, a seu juízo, as condições exigidas, ou não alcançarem os níveis de qualidade e investigação requeridos pela índole da homenagem.

*

* *

TERCEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA.

Recebemos de Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa, Secretário Geral do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia o Regulamento e o Temário do Terceiro Congresso de História da Bahia, a realizar-se de 1 a 6 de julho p.f. em comemoração do Sesquicentenário de Dois de Julho.

Regulamento.

Art. 1º — O Terceiro Congresso de História da Bahia, promovido pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, realizar-se-á de 1º a 6 de julho de 1973, nesta Cidade do Salvador, para comemorar o sesquicentenário do Dois de Julho.

Art. 2º — Serão considerados congressistas:

I. — As autoridades civis, eclesiásticas e militares, especialmente convidadas,

I. — Os representantes dos Departamentos Universitários especializados e outras Instituições Culturais convidados;

III. — Os que apresentarem teses, memórias, relatórios e documentos inéditos;

IV. — Os que se inscreverem e contribuirem com a cota de cinquenta cruzeiros (50,00).

Art. 3º — Serão considerados membros protetores do Congresso as Prefeituras, as Instituições e as pessoas que contribuirem com uma cota superior a duzentos cruzeiros (200,00).

Art. 4º — Ao Congresso poderão ser apresentadas, pelos que estiverem inscritos na forma no art. 2º, incisos I, II e IV, trabalhos que versarem sobre assuntos relacionados com os temas oficiais.

Art. 5º — O Congresso estudar^á, exclusivamente, a História da Bahia, de 1500 a 1930, e será dividido em seis secções, presididas por historiadores eleitos na forma do presente Regulamento, e assim discriminadas:

1ª secção — História Política, Militar e Administrativa.

2ª secção — História Econômica e Social.

3ª secção — História Religiosa e Cultural.

4ª secção — Geografia Histórica, Arqueologia e Etnologia.

5ª secção — Documentos inéditos.

§ Único — Poderão ser subdivididas estas secções por conveniência dos trabalhos.

Art. 6º — Os trabalhos deverão ser inéditos, escritos em língua portuguesa, datilografadas ou impressos especialmente para o Congresso, sendo facultado ao mesmo autor a apresentação de mais de um trabalho.

§ 1º — Salvo casos excepcionais, a juízo da Comissão Organizadora, os trabalhos deverão ser entregues à Secretaria do Congresso, em três exemplares, até cinco dias antes da sua instalação.

§ 2º — A responsabilidade das opiniões emitidas caberá tão somente aos autores das respectivas teses ou memórias, reservando-se à Comissão Organizadora o direito de rejeitar os trabalhos que, a seu juízo, não corresponderem às finalidades cívicas e culturais do certame.

Art. 7º — Na véspera da inauguração do Congresso, será realizada a sessão preparatória para apresentação de credenciais e eleição da mesa, constituída de um presidente, três vice-presidentes, três secretários, e das comissões incumbidas do estudo das teses, conforme o art. 5º.

§ Único — O Presidente, o Secretário Geral e o Relator Geral da Comissão Organizadora exercerão as mesmas funções no Congresso.

Art. 8º — As reuniões do Congresso serão plenárias e de comissões.

§ 1º — Duas reuniões plenárias serão solenes: abertura e encerramento.

§ 2º — A penúltima sessão plenária será reservada à apresentação, discussão e aprovação de requerimentos, moções ou indicações relacionadas com os objetivos do mesmo.

§ 3º — Na sessão solene de encerramento serão lidos os relatórios do Secretário Geral e do Relator Geral.

§ 4º — As sessões de comissões serão destinadas à apreciação dos trabalhos apresentados.

Art. 9º — As comissões serão constituídas pelos congressistas que, para as mesmas, se escreveram ou foram designados na sessão preparatória.

§ 1º — Nenhum congressista poderá inscrever-se em mais de uma comissão, salvo os autores dos trabalhos apresentados.

§ 2º — Além dos inscritos em cada comissão, poderão tomar parte nos seus trabalhos e demais congressistas, sem direito de voto.

Art. 10º — Cada comissão elegerá um presidente, um secretário e um relator que dirigirão os seus trabalhos.

Art. 11º — Nas sessões plenárias ou parciais, nenhum orador poderá ocupar a tribuna por mais de uma vez, nem por tempo superior a dez minutos, excetuados os relatores e os autores das teses em discussão, que poderão usar a palavra duas vezes e por igual espaço de tempo.

§ Único — Nas sessões solenes de abertura e encerramento, só poderão ocupar a tribuna oradores designados pela Mesa do Congresso.

Art. 12º — As atribuições da Comissão Organizadora se prolongarão até que sejam publicados os Anais ou números especiais da Revista do Instituto, em que, a juízo da Mesa do Congresso, se insiram os trabalhos aprovados, as orações pronunciadas e as atas das sessões.

Art. 13º — Serão presidentes de honra do Congresso os Exmos. Snrs. Governador do Estado, Arcebispo Primaz, Prefeito do Município da Capital, os Reitores da Universidade Federal e da Católica, e o Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Art. 14º — Caberá à Comissão Organizadora decidir em caráter definitivo, sobre os casos omissos no presente regulamento.

Cidade do Salvador, 31 de dezembro de 1971.

Frederico Edelweiss — Presidente.

Thales de Azevedo — Vice-Presidente.

Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa — Secretário Geral.

Jayme de Sá Menezes — Primeiro Secretário.

Luís Henrique Dias Tavares — Segundo Secretário.

José Calasans Brandão da Silva — Relator Geral.

Renato Berbert de Castro — Tesoureiro.

Marieta Alves.

Kátia Mattoso.

Luís Menezes Monteiro da Costa.

Waldemar Magalhães Mattos.

*

Temário.

Primeira Secção — *História Política, Militar e Administrativa.*

1 — As donatarias da Bahia.

- 2 — D. João III e o Governo do Brasil.
- 3 — A Bahia sob o domínio espanhol.
- 4 — Instituições militares na Bahia Colonial.
- 5 — A Revolução Constitucionalista do Porto, de 1820 e seus efeitos na Bahia.
- 6 — A transferência da Capital do Brasil para o Rio de Janeiro: causas e efeitos.
- 7 — A Bahia e a Independência do Brasil.
- 8 — A Bahia e a guerra do Paraguai.
- 9 — O movimento republicano na Bahia.
- 10 — Municípios baianos e sua história (até 1930).
- 11 — Tomé de Souza: atos e fatos do seu Governo.
- 12 — Governadores Gerais do Brasil. Expressão Política do Governo de Mem de Sá.
- 13 — A Bahia sob o governo dos Vice-Reis.
- 14 — Presidentes da Província e Governadores do Estado.
- 15 — Conselho e Assembléias Legislativas da Bahia.
- 16 — A Constituinte e a Constituição baianas de 1891. Reformas Constitucionais.
- 17 — A Câmara da Cidade do Salvador.
- 18 — A organização municipal da Bahia. Influências das Câmaras na vida política, social e econômica.
- 19 — A Bahia na vida judiciária.
- 20 — A Bahia na vida política do Império. Partidos nacionais.
- 21 — História da Legislação Estadual e a sua periodisação.

Segunda Secção — *História Econômica e Social.*

- 1 — Invasões Holandesas na Bahia.
- 2 — Inquietações nativistas na Bahia: pronunciamentos militares e atividades revolucionárias.
- 3 — Navegadores portugueses na primeira metade do século XVI. Descobrimiento da Bahia de Todos os Santos.
- 4 — Corsários e flibusteiros na Bahia, ataque e reação.
- 5 — Função dos estaleiros baianos na História Militar e Econômica do Brasil.
- 6 — O Príncipe Regente D. João na Cidade do Salvador: a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808.
- 7 — A Revolução Pernambucana de 1817 e sua repercussão na Bahia.
- 8 — A economia baiana.
- 9 — A Sabinada: causas e efeitos.
- 10 — A campanha abolicionista na Bahia.
- 11 — Revoltas de escravos.
- 12 — As sesmarias e latifúndios.
- 13 — O desenvolvimento dos engenhos até o fim do século XVII.

- 14 — Importância econômica e social dos engenhos da Bahia: esplendor e decadência. As usinas centrais.
- 15 — A pecuária na Bahia.
- 16 — A agricultura na Bahia. Grandes lavouras e lavouras de subsistência.
- 17 — A pesca na Bahia.
- 18 — A mineração na Bahia.
- 19 — A Casa da Moeda da Bahia.
- 20 — A Bahia nos mares. Frotas baianas.
- 21 — Os rios na economia baiana.
- 22 — Portos da Bahia.
- 23 — Os estabelecimentos de créditos na Bahia.
- 24 — A iniciativa privada e o desenvolvimento econômico da Bahia.
- 25 — O comércio da Bahia na Colônia, no Império e na República.
- 26 — As primeiras manufaturas e a industrialização na Bahia.
- 27 — O tráfico africano e a escravatura.
- 28 — A abolição de escravatura e sua repercussão na vida econômica e social da Bahia.
- 29 — A sociedade baiana na Colônia, no Império e na República.
- 30 — A significação social do movimento de 1798 na Bahia.
- 31 — A sociedade baiana no tempo da Independência.
- 32 — Aspecto social da vida sertaneja baiana nos séculos XVIII, XIX e XX. Lutas de famílias. Fanáticos e jagunços.
- 33 — As colônias estrangeiras na Bahia.
- 34 — A Maçonaria na Bahia.
- 35 — Caminhos do povoamento da Bahia.

Terceira Secção — *História Religiosa e Cultural.*

- 1 — Primeira missa do Brasil. Frei Henrique Soares. Franciscanos em Porto Seguro no século XVI.
- 2 — Vida Missionária na Bahia. Franciscanos, Jesuítas, Carmelitas e Capuchinhos. Seus conventos e aldeamentos.
- 3 — Início da vida religiosa na Cidade do Salvador.
- 4 — Criação do Bispado de São Salvador da Bahia de Todos os Santos. D. Pero Fernandes Sardinha.
- 5 — Cabido da Sé da Bahia.
- 6 — Paróquias criadas na Bahia.
- 7 — Visitações do Santo Ofício.
- 8 — Relação Metropolitana.
- 9 — Limites da Diocese e da Arquidiocese da Bahia.
- 10 — Bispados sufragâneos da Bahia.
- 11 — Lutas entre os poderes espiritual e temporal na Bahia.
- 12 — Constituições do Arcebispado da Bahia.
- 13 — Bispos e Arcebispos da Bahia.
- 14 — Formação do Clero e Seminário na Bahia.

- 15 — Ordens Religiosas na Bahia, desenvolvimento e decadência. Reforma.
- 16 — Congregações religiosas diocesanas. Fudadores e fundações religiosas na Bahia.
- 17 — O Clero baiano na Independência.
- 18 — Ordens Terceiras e Irmandades. Compromissos.
- 19 — Sacerdotes bahianos no Episcopado Nacional.
- 20 — Matrizes, templos históricos e santuários baianos.
- 21 — Festas e tradições religiosas da Bahia.
- 22 — Casas da Santa Misericórdia.
- 23 — Judeus e Cristãos novos na Bahia.
- 24 — O protestantismo na Bahia. Outras religiões.
- 25 — O ensino na Bahia. Método dos jesuitas. Colégios do Terreiro de Jesus e de Belém. A instrução após a expulsão dos jesuítas. Escolas régias.
- 26 — Ensino Primário e Secundário na Bahia.
- 27 — Influências da Universidade de Coimbra na formação cultural na Bahia.
- 28 — As Artes na Bahia. Escola de Belas Artes. A arte popular.
- 29 — O Direito na Bahia. Faculdade de Direito da Bahia.
- 30 — A Medicina na Bahia. Faculdade de Medicina da Bahia.
- 31 — Engenharia na Bahia. Escola Politécnica.
- 32 — Ambiente Literário na Bahia.
- 33 — Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
- 34 — Academia de Letras da Bahia.
- 35 — O teatro na Bahia. O Conservatório Dramático da Bahia.
- 36 — A música na Bahia: religiosa, profana e popular.
- 37 — O Folclore baiano. A história da Bahia na poesia popular.
- 38 — A Arquitetura na Bahia.
- 39 — Iconografia histórica da Bahia.
- 40 — Estudos linguístico na Bahia.
- 41 — Publicações periódicas na Bahia.

Quarta Secção — *Geografia Histórica, Arqueologia Etnologia.*

- 1 — Distribuição da população colonizadora sobre as terras do Recôncavo.
- 2 — Localização dos engenhos do Recôncavo em função dos recursos hídricos.
- 3 — Composição da população baiana em função da idade, sexo, raça e grau de instrução.
- 4 — As povoações do Recôncavo.
- 5 — Estrutura fundiária da Bahia, especialmente do Recôncavo.
- 6 — Relação entre as cidades e o meio rural, especialmente entre Salvador e o Recôncavo.

- 7 — A rede urbana do Estado da Bahia: o papel de metrópole da Cidade do Salvador.
- 8 — As migrações de mão-de-obra do meio rural para os centros urbanos.
- 9 — O petróleo, a industrialização e as modificações ocorrentes na paisagem do Recôncavo.
- 10 — As modificações das paisagens naturais do Estado da Bahia em decorrência da ação do homem.
- 11 — A Bahia e a ação dos órgãos públicos de planejamento regional.
- 12 — As cheias do rio Paraguaçu.
- 13 — Os desabamentos de encostas na área urbana de Salvador.
- 14 — Os transportes urbanos e as características físicas da Cidade do Salvador.
- 15 — O vale do São Francisco e sua problemática específica.
- 16 — A Bahia na geografia lendária do Brasil.
- 17 — Influências da topografia no desenvolvimento do Estado da Bahia.
- 18 — Mapas da Bahia e da Cidade do Salvador.
- 19 — História das ruas e praças das cidades baianas.
- 20 — Estudos antropológicos, arqueológicos e sociológicos na Bahia.
- 21 — Índigenas na Bahia.
- 22 — Os negros na Bahia.
- 23 — A mestiçagem na Bahia.
- 24 — O Bandeirismo Baiano: expansão territorial.
- 25 — História territorial da Bahia. Casas da Torre, de Nise e da Ponte.

Quinta Secção — *Bio-Bibliografia e Biografia.*

- 1 — Diogo Álvares e Catarina Caramuru.
- 2 — Heráldica e Genealogia baiana.
- 3 — A Bahia nas Cortes Portuguesas de 1821 e nas Constituintes do Império de 1823 e da República de 1890.
- 4 — A geração intelectual da Independência na Bahia, Cronistas, oradores e poetas do Dois de Julho.
- 5 — A economia na bibliografia regional.
- 6 — Estudos biográficos e genealógicos relativos à Bahia.
- 7 — Bibliografia histórica da Bahia.
- 8 — Movimento editorial na Bahia. Tipografias, Panfletários e jornalistas. Campanhas cívicas.

Sexta Secção — *Documentos Inéditos ou Raros.*

- 1 — Documentos dos Arquivos Brasileiros sobre a Bahia.

*

* *

O SENTIDO DA HISTÓRIA ATRAVÉS DOS PROLEGÔMENOS DE
IBN KHALDÛN.

No dia 13 de março de 1973, realizou-se, no Salão Nobre do Prédio da Administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a sessão pública de defesa de tese de doutoramento da Profa. Aidyl de Carvalho Preis, com o tema: *O sentido da História através dos Prolegômenos de Ibn Khaldûn*. A Comissão Examinadora estava constituída pelos Snrs. Profs. Doutores Dom João Mehlmann, Helmi Mohamed Ibrahim Nasr, Nachman Falbel, Niko Zuzek e Eurípedes Simões de Paula que era Presidente da mesma.

Dom João Mehlmann, o primeiro examinador, mostrou a importância e o caráter pioneiro da tese, fazendo, em seguida algumas observações sobre a Bibliografia do trabalho apresentado e a desproporção entre texto e notas, e, corpo e introdução da tese que foram devidamente respondidas pela candidata.

O Prof. Nasr fez na sua arguição alguns comentários referente a falhas na transcrição e tradução correta de conceitos árabes. Em seguida opinou que a candidata destacou demais os aspectos positivos e “modernos” no pensamento de Ibn Khaldûn, não mencionando as suas falhas como historiador, como por exemplo: a não-distinção entre fatos históricos verdadeiros e falsos, a elaboração de leis gerais baseando-se nos resultados do seu estudo de uma determinada época histórica, a supervalorização do fator geográfico na explicação de fatos históricos. Aceitando as observações feitas referente à transcrição e tradução de conceitos árabes, a candidata explicou que não era a sua intenção elaborar uma crítica do pensamento do autor, mas sim, escolhendo uma obra de Ibn Khaldûn — os *Prolegômenos* —, mostrar o sentido da História, entender o método do autor e mostrar a gênese desse método: demonstrar como Ibn Khaldûn chegou à conclusão de que um caminho novo precisava ser encontrado para a História, e que esse caminho novo exigia um novo enfoque metodológico para a pesquisa histórica. O novo enfoque tem muitas características da Historiografia “moderna”, sem corresponder, naturalmente, a todas as suas exigências.

O Prof. Nachman Falbel elogiou o caráter sintético e a linha lógica da tese apresentada, pedindo, em seguida, explicações mais detalhadas sobre o conceito central do pensamento de Ibn Khaldûn: a “*asabiyyah*”. Na sua resposta, a Profa. Aidyl de Carvalho Preis mostrou que ela determinou e explicou o conceito no sentido que a *asabiyyah* seria algo como “espírito de clã”, “espírito de grupo” ou “espírito de povo”, e mais ainda que a *asabiyyah* se poderia definir como “sociabilidade”, como “obrigação” que leva os homens a viverem em sociedade. O homem sem *asabiyyah* se destrói. A origem do conceito não foi estudado muito profundamente devido à diversidade das influências e à amplitude do assunto; daria matéria para mais uma tese de doutoramento.

O Prof. Niko Zuzek, o último examinador, mostrou a importância do trabalho apresentado para a historiografia brasileira e para a cultura brasileira que recebeu influências da cultura árabe através da península ibérica. Em seguida, chamou a atenção para algumas incoerências no pensamento de Ibn Khaldûn e pediu explicações sobre a viabilidade da comparação, feita pela candidata, entre o pensamento histórico de Ibn Khaldûn e o de Fernand Braudel no que se refere aos conceitos de “cultura”, “civilização” e “economia”. A candidata deu a entender que não foi a sua principal preocupação mostrar a identidade da significação desses conceitos nos dois autores, mas elucidar e provar a “modernidade” do pensamento histórico de Ibn Khaldûn, comparando-o, entre outros aspectos, com o de Fernand Braudel.

O Prof. Eurípedes Simões de Paula, Presidente da Comissão Examinadora, concluiu que a Profa. Aidyl de Carvalho Preis, na sua tese sobre o pensamento histórico de Ibn Khaldûn, mostrou claramente a importância dos *Prolegômenos* dentro da cultura árabe, e a sua contribuição para a historiografia em geral.

Finalizando podemos dizer que a candidata demonstrou que os *Prolegômenos* de Ibn Khaldûn representam o resultado dos seus condicionamentos políticos e de suas pressões, porque Ibn Khaldûn:

- a). — sendo religioso, precisava manter-se fiel à ortodoxia muçulmana;
- b). — sendo político, não desejava perder o *status* conservado por sua família através de várias gerações;
- c). — sendo intelectual, era atingido pelo racionalismo e pela busca de uma saída.

Essa saída era para ele a “ciência nova”, a História, que representa uma reavaliação da própria História Islâmica. A visão de Ibn Khaldûn, foge aos parâmetros tradicionais, atingindo e absorvendo o profano.

AUGUSTIN WERNET

*

FOMENTO AGRÁRIO NO FINAL DO SÉCULO NO SUL DO BRASIL (1769-1808).

Realizou-se no dia dezenove de dezembro de 1972 a defesa de tese de doutoramento do Professor Arno Wehling, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal da Guanabara, no prédio de Administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, elaborada sob a orientação do Professor Eduardo d'Oliveira França que presidiu a banca examinadora, constituída pelos Professores Fernando Sgarbi de Lima, Sonia A. Siqueira, Diva Benevides Pinho e Virgílio Noya Pinto, registrando-se a aprovação do candidato com distinção.

O escopo fundamental do professor Arno Wehling, em sua tese intitulada *Fomento Agrário no final do Século XVIII — A Questão das Novas Culturas*

no Sul do Brasil (1769-1808) que ora passamos a comentar, vem declarado como um estudo das dificuldades e soluções que envolveram as culturas do anil, da cochonilha, da guaxima e do linho como questão administrativa a cargo do governo colonial. Mas as 312 páginas que desenvolveram o tema expandem-se, completamente além dos estritos limites de uma regionalização ou de uma quantificação da história procurando relacionar os dados da micro análise com generalidades que define como *sistema colonial, política econômica e conjuntura mundial*. Explicam-se por seis problemas principais: a). — inserção da política fomentista portuguesa no conjunto das transformações prenunciadoras da Revolução Industrial acompanhando os movimentos de longa duração (preços) da conjuntura européia; b). — características do fomento pós-pombalino; c). — métodos e possibilidades da política de substituição de importações, e reexportações; d). — existência de sensibilidade à crise brasileira do declínio da mineração com a resultante revalorização econômica por via agrária; e). — dependência das novas produções da situação do mercado mundial e dos métodos de comercialização nem sempre racionais; f). — por último os resultados em termos de concorrência internacional.

O professor A. Wehling serviu-se para o relacionamento da ação econômica portuguesa com a situação mundial dos movimentos de preços de *Kondratiefe* que, conclui na primeira parte da tese, serem satisfatórios para explicar as vicissitudes e os acertos do fomentismo no Brasil. Um período de declínio econômico balisado no período 1766-1779 é compensado por outro de crescimento entre 1780-1807, para cujo relativo sucesso o autor aponta a neutralidade portuguesa de 1776 a 1807 como determinante política. Então os preços favoráveis superaram as dificuldades de competição oriundas das tendências retrógradas da agricultura portuguesa e dos mentalismos extravazados à colônia como entraves às realizações para o mercado.

A ação governamental atendeu à Ilustração. Seu modelo prático foi no entanto a própria necessidade traduzida no deficit da balança comercial (crise metropolitana) e do plano colonial (crise brasileira). A solução, diz o professor A. Wehling, foi equilibrar um mercantilismo destinado a suprir a metrópole de matérias primas com um pragmatismo, ao extremo de abandonar os incentivos e as garantias dadas aos produtos fomentados quando a situação do Erário Régio não comportava gastos de perspectiva. Em paralelo à conscientização do problema econômico ultrapassou a mera escala utilitária e foi constituir uma preocupação científica. O professor A. Wehling dedica um capítulo de vigorosas cores ao *agrarismo* e ao *fisiocratismo* português, análise global, com o sabor de originalidade, onde salienta a influência do *apêio técnico* às culturas supra indicadas, cuja inspiração vinha das Sociedades científicas e da Real Academia de Ciências de Lisboa. No plano local brasileiro o elã fomentista não possuía uma administração capaz de continuidade e ficava ao sabor da clarividência dos Vice Reis, a quem cabia o estímulo aos lavradores e a garantia de compra pela Fazenda.

O professor Wehling define a política econômica pombalina como “mercantilismo arcaizante” porque já não atendia à situação econômica, usando métodos de *riqueza limitada* em uma época liminar de *riqueza ilimitada* do progresso tecnológico. A política econômica de seus sucessores foi diferente, mais flexível à realidade, embora não sanasse as deficiências básicas do organismo.

Fomento não significou espontaneidade de lavradores e comerciante e sim a estrita conveniência do Estado. As matérias primas coloniais (principalmente as aplicáveis na área industrial dos têxteis), anil, cochonilha e algodão atenuavam ou suprimiam os déficits, economizavam a importação.

Em várias oportunidades o professor Wehling friza a clara consciência da crise do sistema colonial que gerou a solução do agrarismo e a introdução das novas culturas — fato materializado na multiplicidade de escritos sobre economia do final do século XVIII. Mas, judiciosamente corrige os termos da solução apresentada pela historiografia sobre o assunto. Houve um esforço contínuo desde os meados do século XVIII e que somente encontrou êxito quando a conjuntura econômica se tornou favorável em 1780. A alta dos preços coincidiu com o apogeu dos esforços fomentistas portugueses.

Através dos autores coevos, principalmente *Balbi*, o autor da tese traz à luz circunstâncias históricas sobremodo deturpadas por outros, sem intenções nacionalísticas, cotejando continuamente a realização no Brasil com as diretrizes em Portugal e as oportunidades mundiais. Esse entrelaçamento explanatório e a firmeza do método fizeram com que a tese se expandisse desde o núcleo do fomentismo das novas culturas até ser uma excelente introdução para os problemas econômicos do Império Português no último quartel do século XVIII.

Tres aspectos básicos resumem a prática fomentista portuguesa: *Técnico* (difusão de informações, importação de técnicos para formar especialistas); *Econômico* (medidas visando favorecer o fabrico ou a extração de matérias primas); *Político* (medidas protecionistas a fim de garantir o mercado nacional).

A alta dos preços e as dificuldades dos competidores em beligerância — na explanação do professor Wehling — determinaram a firmeza do ciclo de crescimento das novas culturas, mas o linho menos pelo preço do que pelo aumento de procura dos centros manufatureiros.

Cada produto fomentado recebeu um desenvolvimento autônomo constituindo o cerne da tese, aonde se expôs as origens do cultivo, as medidas governamentais e as circunstâncias do mercado que finalmente determinaram o arrefecimento ou extinção da lavoura. Reunindo as diversas conclusões verificamos que o fomentismo das novas culturas foi um aspecto malogrado do fomentismo em geral que logrou sucesso para o preenchimento do hiato econômico da

segunda metade do século XVIII e começo do seguinte. Os produtos estudados, salienta o professor Wehling não tiveram condições de manter-se em concorrência com a produção antilhana ou indiana. É o específico caso do anil, como salienta o Visconde de Abrantes em sua obra sobre esse produto; a Paz de Amiens (1802) devolveu a tônica ao produto antilhano e a produção indiana rapidamente atingiu a cifra de 80% da produção mundial, alijando os demais centros produtores.

A cochonilha o linho e a guaxima não lograram ter volume para alimentar o mercado. Bruscas flutuações de preço desinteressaram os lavradores na produção da cochonilha.

A conclusão do professor Wehling é incisiva — predominância de fatores locais empeceram a produção e deixaram escapar a oportunidade de firmar essas culturas novas como substitutivos. Outros produtos lograram a função compensatória ao declínio da mineração, compondo o quadro promissor da segunda metade do século oitocentista. Baixo poder competitivo? Relação negativa comerciante-produtor? Falta de sustentação econômica? Falta de coordenação entre estímulo e prêmio? São estes alguns dos problemas explanados pelo professor Wehling em seu substancioso trabalho.

PAULO WERNECK DA CRUZ

*

* *

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO SOBRE TÉCNICAS ARQUEOLÓGICAS APLICÁVEIS A SÍTIOS PRÉ-CERÂMICOS.

Entre os dias 25 de junho e 20 de julho do corrente ano, o Museu de Arqueologia e Artes Populares, Órgão Suplementar da Universidade Federal do Paraná, promoverá um Curso de Aperfeiçoamento em Técnicas Arqueológicas Aplicáveis a Sítios Pré-Cerâmicos no litoral brasileiro. O Curso será ministrado pela Profa. Dra. Annette Laming-Emperaire da “École Pratique des Hautes Etudes” e do “Musée de L’Homme” de Paris, e é destinado a arqueólogos e licenciados em História, Geografia e Ciências Sociais.

Os trabalhos serão eminentemente práticos e terão lugar num Sambaqui localizado no município de Paranaguá. A equipe permanecerá acampada ao lado do sítio arqueológico.

Os trabalhos de laboratório serão executados no Museu de Arqueologia e Artes Populares em Paranaguá.

PROGRAMA:

O Curso obedecerá o seguinte esquema:

Os sítios pré-cerâmicos brasileiros:

Sambaquis;
Grutas e abrigos sob-rocha;
Rasos.
Topografia.
Técnicas de escavação:
Níveis naturais;
Níveis artificiais.
Interpretação da estratigrafia do sítio;
Registro do material arqueológico no sítio;
Fotografia e gráficos;
Manuseio do material arqueológico:
Coleta;
Acondicionamento;
Limpeza;
Marcação;

Análise e Interpretação. Nestas tarefas será testado o “Guia para o Estudo das Indústrias Líticas da América do Sul”, de A. Laming-Emperaire (Manuais de Arqueologia nº 2 do CEPA, 1967), assim como será indicado o emprego da bibliografia especializada relativa ao tipo de sítio explorado.

INSCRIÇÕES:

Os pedidos de inscrições, acompanhados de “Curriculum Vitae”, devem ser encaminhados à:

Coordenadoria dos Órgãos Suplementares.
(Curso de Aperfeiçoamento em Arqueologia Pré-Histórica).
Reitoria da Universidade Federal do Paraná. Caixa Postal 441.
80000 — Curitiba — Paraná.

LOCAL DO CURSO:

Município de Paranaguá — PR.

*

* *

CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO MATOGROSSENSE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA.

Em sessão plenária do dia 10 de abril p.p., no decorrer do 1º Simpósio Estadual de Pesquisas Históricas, em Cuiabá, foi criado o Núcleo Regional de Mato Grosso da Associação Nacional dos Professores Universitários de História.

Nessa oportunidade foi eleita a sua 1ª diretoria que ficou assim constituída:

Presidente: Terezinha Arruda (UFC);

Vice-Presidente: Valmir, Batista Correa (CPC);

Secretário: Haydee de Castro Pimentel (CPC);

Tesoureiro: Joana Neves (CPA);

Conselho Deliberativo: Lygia Oliveira Lima (FUCMAT); Dorothea V. Beisigel (CPA); José Carlos Peseute (FUCNAT); Ivone Bertonha (CPD); Alfredo Mota Menezes (UFC); Marilda Crisolia (UFC); Maria Prudenciana Cajango (Campus Avançado, Barra da Garça) e Pedro Piloni (UFC).

*

* *

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DA CIVILIZAÇÃO MEDIEVAL.

(*Universidade de Poitiers*).

O Centro de Estudos Superiores da Civilização Medieval (CESCM) é uma unidade de ensino e de pesquisa da Universidade de Poitiers, destinado a promover em todos os domínios o estudo dos diversos aspectos das sociedades medievais e de sua civilização, mais particularmente do período compreendido entre o século X e o XII.

Ele oferece aos estudantes e aos pesquisadores uma documentação especializada: biblioteca, fototeca e fichários bibliográficos.

O ensino do ano universitário compreende, antes de mais nada, seminários de estudo e de pesquisa. O Centro está em contacto com as outras unidades da Universidade de Poitiers que possam oferecer cursos de iniciação em certas disciplinas (ciências auxiliares da história, iniciação ao latim e às línguas românicas).

O Centro publica uma revista trimestral, os *Cahiers de civilisation médiévale*, que compreende principalmente uma bibliografia cumulativa; edita obras científicas que tenham relação com as suas atividades.

*

Ano universitário 1973/1974.

Seminários de pesquisa: —

Marie-Thérèse d'Alverny, diretora de pesquisas do CNRS: *História das idéias; codicologia.*

Pierre Bec, diretor adjunto no CESCM: *Filologia românica; literatura ocitânica.*

Jacques Boussard, diretor de estudos da Escola Prática de Altos Estudos: *Fontes diplomáticas.*

Solange Corbin, diretora de estudos da Escola Prática de Altos Estudos: *Musicologia.*

Jean-François Duneau, mestre-assistente na Universidade de Poitiers: *Civilização bizantina.*

Robert Favreau, encarregado de ensino na Universidade de Poitiers: *Epigrafia medieval; paleografia.*

René Filhol, decano honorário da Faculdade de Direito de Poitiers: *História do direito e das instituições.*

Pierre Gallais, mestre-assistente na Universidade de Poitiers: *Literatura francesa: tipologia do conto e do romance.*

Carol Heitz, encarregado de ensino na Universidade de Poitiers: *História da arte; arqueologia.*

Edmond-René Labande, diretor do CESC: *Fontes narrativas.*

Yves Lefèbvre, professor da Universidade de Bordeus III: *Língua e literatura mediolatinas.*

*

O XX Curso de Verão (2-28 de julho 1973).

Programa.

Pierre Bec, diretor adjunto do CESC: *Líricas d'oc e d'oïl: convergência e divergência.*

Ivan Dujcev, da Academia de Ciências da Bulgária: *A civilização eslava nos séculos X e XIII: influências orientais e ocidentais.*

Cônego Cosimo Damiano Fonseca, professor da Universidade de Bari: *Idade Média monástica, Idade Média canônica: autonomia ou continuidade?*

Louis Grodecki, professor da Universidade de Paris IV: *A primeira arte românica: estado das questões e geografia.*

Richard Lemay, professor-associado da Universidade de New York: *A ciência na sociedade muçulmana.*

Gaetano Raciti, o. c. s. o.: *A carta de Isaac da Estrela a João, bispo de Poitiers.*

Paul Remy, professor da Universidade de Gand: *Tradição e criação: o romance ocitano de "Jaufré".*

Anska Stojakovic, professor da Universidade de Belgrado: *A pintura mural e o espaço arquitetural nos países balcânicos.*

Georges Straka, professor da Universidade de Estrasburgo: *A proto-história do francês: substrato e superestrato.*

Hélène Toubert, encarregada de pesquisa do CNRS: *A pintura em Roma e na Itália centro-meridional na época da Reforma da Igreja.*

Pierre Toubert, diretor de estudos da Escola Prática de Altos Estudos: *Formação do Estado pontifical nos séculos IX-XII.*

Toda a correspondência referente aos Cursos acima referidos deve ser dirigida ao Centre d'études supérieures de Civilisation Médiévale. Hôtel Berthelet. 24 Rue de la Châine. Poitiers. France.

*

* *

NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA HISTÓRICA E ARQUIVÍSTICA.

Em 13 de dezembro p. p. foi eleita e empossada a 2 de janeiro deste ano a sua nova Diretoria, que é integrada pelos seguintes sócios:

Presidente: — Américo Jacobina Lacombe.

Vice-Presidente: — Arno Wehling.

1ª Secretária: — Lucinda Coutinho de Mello Coelho.

2ª Secretária: — Regina Maria Martins Pereira Wanderley.

1ª Tesoureiro: — Jaime Antunes da Silva.

2ª Tesoureiro: — Myrtes da Silva Ferreira.

Conselho Cultural.

Presidente: — Paulo Braga de Menezes.

Conselheiros: — Affonso Celso Villela de Carvalho.

Astréa Moraes e Castro.

Fernando Sgarbi Lima.

Francisco de Paula Azevedo Pondé.

Jean Marie Linhares Bittencourt.

José Arthur Rios.

José Pedro Pinto Esposel.

José Walter Trindade.

Vicente Tapajós.

*

*

*

ACADEMIA PAULISTA DE HISTÓRIA.

(Rua Benjamin Constant, 158 — São Paulo — Brasil).

Foi criada em janeiro de 1973 a Academia Paulista de História de que fazem parte os seguintes membros:

Cadeira

Patrono

<i>Nº</i>	<i>Titular</i>	
1	Tito Lívio Ferreira	Francisco Adolpho de Varnhagen
2	Álvaro da Veiga Coimbra	Julio Meilli
3	Antonio Barreto do Amaral	Washington Luiz Pereira de Sousa
4	Célio Salomão Debes	João Capistrano de Abreu
5	Manoel Rodrigues Ferreira	Pedro Taques de Almeida Paes Leme
6	Pedro Brasil Bandecchi	João Francisco Lisboa
7	Alfredo Gomes	João Lúcio de Azevedo
8	Alice Piffer Canabrava	João Antonio Andreoni (Antonil)
9	Arnaldo Amado Ferreira	Frei Vicente do Salvador
10	Arrisson de Sousa Ferraz	Manoel de Oliveira Lima

- | | |
|------------------------------------|--|
| 11 — Aureliano Leite | Frei Gaspar da Madre de Deus |
| 12 — Áureo de Almeida Camargó | Manoel Eufrásio de Azevedo Marques |
| 13 — Jacob Penteado | José Francisco da Rocha Pombo |
| 14 — Celso Maria de Mello Pupo | João Pandiá Calógeras |
| 15 — Divaldo Gaspar de Freitas | Serafim Leite |
| 16 — Éduardo d'Oliveira França | Affonso d'Escragnolle Taunay |
| 17 — Emmanuel Soares da V. Garcia | Tobias Monteiro |
| 18 — Aldo Janotti | Américo Brasiiliense Antunes de Moura |
| 19 — Eurípedes Simões de Paula | Fernão Cardim |
| 20 — Francisco Martins dos Santos | José Feliciano Fernandes Pinheiro |
| 21 — Hélio Abranches Viotti | Rafael Maria Galante |
| 22 — Hélio Damante | José Maria da Silva Paranhos (Barão) |
| 23 — Heliodoro T. da Rocha Marques | Júlio de Mesquita Filho |
| 24 — Álvaro do Amaral | Simão de Vasconcelos |
| 25 — Jorge Bertoláso Stella | João Ribeiro |
| 26 — José Affonso de Moraes Passos | Diogo de Vasconcellos |
| 27 — José Ferreira Carrato | Aurélio Porto |
| 28 — José Anthero Pereira Júnior | Teodoro Fernandes Sampaio |
| 29 — José de Melo Pimenta | Pedro de Magalhães Gandavo |
| 30 — José Pedro Leite Cordeiro | Joaquim (Aurélio Barreto) Nabuco (de Araujo) |
| 31 — José Roberto do Amaral Lapa | Gabriel Soares de Sousa |
| 32 — Leonardo Arroyo | Euclides (Rodrigues Pimenta) da Cunha |
| 33 — Luiz Castanho de Almeida | Affonso (Antonio) de Freitas |
| 34 — Manuel Nunes Dias | Jaime (Zuzarte) Cortesão |
| 35 — Miguel Reale | José de Alcantara Machado |
| 36 — Myriam Ellis | Robert Southey |
| 37 — Edgard de Cerqueira Falcão | Alexandre Rodrigues Ferreira |
| 38 — Odilon Nogueira de Mattos | F. J. de Oliveira Viana |
| 39 — Paulo da Silveira Santos | Alexandre de Melo Moraes (Pai) |
| 40 — Wilson Maia Fina | Antonio de Toledo Piza |